

UHE de Lajeado: um estudo do cotidiano do reassentamento de Luzimangues

Aline Gonçalves Sêne
Universidade Federal do Tocantins, Palmas

Índice

1	Introdução	1
2	Luzimangues: uma reconstrução histórica	2
2.1	Deixando a Terra e Rumo ao Reassentamento	4
2.2	As mediações e a construção de uma nova identidade	5
3	Considerações finais	12
4	Bibliografia	14

1 Introdução

O reassentamento de Luzimangues está localizado no município de Porto Nacional – Tocantins, às margens da TO-080, e é formado por 83 famílias impactadas pela construção da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães (UHE), instalada no município de Lajeado. O reassentamento é uma área rural que está aproximadamente à 20 quilômetros da Capital do Estado, Palmas. E as famílias que o constituem são oriundas de fazendas e vilas que ficavam as margens do rio Tocantins: as fazendas Ribeirão do Maia, Sapezal, Brejinho da Vila da Balsa e Mutuca e os loteamentos Maria da Balsa e Vila Luzimangues.

A partir do estudo avaliamos que o Rio Tocantins é um marco na identidade cultural desse povo, as famílias lutam para não deixarem os hábitos e a cultura de um ribeirinho. A relação desse povo com o rio é forte e vai além das formas de plantações, pesca e extrativismo, está ligado com o reconhecimento de seu lar. A modificação do rio, o desaparecimento das praias e ilhas, da fauna, da flora infere no cotidiano desses atingidos, interfere diretamente

na sua maneira de ver o que o cerca. Uma hidrelétrica gera, além do impacto ambiental, social, um grande impacto na cultura de um povo, nas suas crenças, no seu jeito de cultivar a terra, de se relacionar com a família, de comercializar suas produções, de se alimentar.

A referência metodológica da pesquisa foi a etnografia, onde o pesquisador é o principal instrumento na coleta de dados, sua base é a relação entre observador e observado. Observação participante pautada na compreensão das lógicas locais e o significado sociocultural de suas práticas. A busca pelo entendimento de uma dada realidade através da vivência e convivência. Sendo que as técnicas de investigação utilizadas foram: revisão bibliográfica, observação e entrevistas.

A pesquisa de campo no reassentamento de Luzimangues teve uma primeira visita em dezembro de 2005, momento de decisão pelo objeto de estudo. E depois em dezembro de 2006, com as leituras realizadas e o método definido iniciamos visitas sistemáticas. O procedimento para a escolha das famílias como sujeitos da pesquisa ocorreu de modo aleatório simples. Foi realizado um sorteio com base na lista das famílias disponível no Diagnóstico Agrônomo, Econômico e Social¹. A forma de sorteio deu-se através da escolha entre os números 02 a 314, número dos lotes das chácaras. A escolha dos números foi realizada pela estudante Valquíria Pereira Lima, filha da representante do MAB em Luzimangues, Maria Níris Pereira Lima.

O trabalho de campo foi realizado no período de dezembro de 2006 a janeiro de 2007 com um total de 12 visitas e 19 entrevistas, algumas gravadas e outras manuscritas de acordo com a disponibilidade do entrevistado. Dois meses de idas, observação, almoços, xícaras de café, fotografias, jogos de sinuca e passeios pelas casas, plantações de milho, mandioca, as hortas, aprendendo as relações socioeconômicas e culturais no reassentamento de Luzimangues.

2 Luzimangues: uma reconstrução histórica

Pequenos proprietários de terras são deslocados de suas áreas para outras – os reassentamentos –, sem direito de escolha, deixando toda a sua construção cultural (casa, cemitério, igreja, amigos) para ser remanejado para outro local. Esse processo de reassentamento acontece devido às inundações de grandes áreas ocasionadas pelas construções de hidrelétricas. Esses agricultores não

¹ COOPTER - Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural. **Diagnóstico Agrônomo, Econômico e Social**. Palmas – TO., 2004.

têm o direito de escolha, quando conseguem uma nova terra para morarem, não recuperam sua vida de antes. Existindo ainda aqueles que não reconquistam nada, nem terra, nem vida.

Utilizando a definição de Ferreira (2003: 56-57), o significado da palavra reassentamento está ligado à desapropriação. Famílias ribeirinhas que tiveram seus projetos de vida destruídos, expulsas de suas terras, porém “recusam a se desvincular de seu meio de produção e acreditam na possibilidade de reconstrução de sua vida sócio-cultural e produtiva”.² São essas famílias ribeirinhas o objeto dessa pesquisa e o central desse capítulo: antigos moradores das margens do rio Tocantins, atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Eduardo Magalhães, barragem localizada no município de Lajeado.

Ainda citando Ferreira (2003: 29-34), a UHE Luis Eduardo Magalhães, conhecida como Usina de Lajeado, está inserida no plano de desenvolvimento integrado ao sistema energético de Tucuruí (PA) e Serra da Mesa (GO), empreendimentos já concluídos. A construção da UHE Luis Eduardo Magalhães, iniciado em 1998, e início de funcionamento em 2001, é pautada na lógica de desenvolvimento nacional. O objetivo da obra não é aumentar a produção de energia elétrica para o consumo da sociedade, mas a manutenção e ampliação de fornecimento energético para a produção das grandes multinacionais de alumínio que visam apenas à exportação.

De acordo com Ferreira (2003: 32, 61), o lançamento da pedra fundamental da UHE Luis Eduardo Magalhães foi em julho de 1998. E suas obras atingiram “os municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins e o reservatório atinge áreas dos municípios de Miracema do Tocantins, Lajeado, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras. [...] Todos esses municípios pertencem à Região Central do estado do Tocantins, conhecida também como Grande Entorno de Palmas”.³ E foram criados, além de Luzimangues, onze reassentamentos. Estes são denominados: Flor da Serra, Córrego Prata, São Francisco de Assis, Mundo Novo, Mariana, Brejo Alegre, Olericultores, Pinheirópolis Rural, Lajeadinho, Boa Sorte e Rural 2000. A Hidrelétrica entrou em funcionamento no segundo semestre de 2001.

² FERREIRA, Luzia Amélia. *A geração de energia elétrica e os impactos sócioambientais causados às populações rurais: A construção da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães*. Palmas – TO., 2003, 56-57 p. (Trabalho de Conclusão do curso de Pós-graduação apresentado à Universidade Federal do Tocantins, “*lato sensu*” Planejamento e Gestão Ambiental, campus de Palmas)

³ Ibid. p. 32.

2.1 Deixando a Terra e Rumo ao Reassentamento

O reassentamento de Luzimangues possui uma área de 950,96 hectares, localizado no município de Porto Nacional/Tocantins, às margens da TO-080, km 12. Esta área, antes da construção de Luzimangues, era uma propriedade onde a principal atividade desenvolvida era a pecuária. Foram remanejadas para Luzimangues, no início de 2000, 83 famílias atingidas pela construção da UHE Luis Eduardo Magalhães. Essas famílias organizam-se em torno do MAB e da Associação dos Chacareiros do Reassentamento de Luzimangues. As famílias remanejadas para Luzimangues são antigos moradores das fazendas Ribeirão do Maia, Sapezal, Brejinho da Vila da Balsa e Mutuca e dos loteamentos Maria da Balsa e Vila Luzimangues localizados anteriormente às margens do rio Tocantins.

Segundo informações do Plano de Desenvolvimento do Projeto de Reassentamento de Luzimangues (2004: 26), na antiga área onde residiam as famílias do reassentamento de Luzimangues, as características eram de vila, possuía escola, posto de saúde, telefone público, energia elétrica e transporte coletivo. Antes da construção da UHE, as terras inundadas eram utilizadas por essas famílias como moradia e renda, cultivavam a terra, "exercendo atividades agrícolas para a subsistência e utilizando a flora nativa como: caju, pequi, buriti e outros"⁴.

A alta fertilidade do solo, a água em abundância e a facilidade de extração dos recursos naturais, proporcionavam uma alimentação rica e diversificada. As principais atividades agrícolas desenvolvidas eram: plantio de arroz, feijão, milho, banana, pimenta de cheiro e horta, além de pecuária e criação de pequenos animais como: galinha, porco e caprinos.⁵

As produções eram comercializadas em Palmas – TO, em pontos de comércio na beira do rio, perto da balsa, venda direta para o comércio local e supermercado e, também, através de pontos nas feiras. Viviam em comunidade e realizavam atividades culturais, principalmente de característica religiosa como: festa do Divino, festejo de São João e Santa Luzia.

Segundo as informações coletadas na pesquisa de campo, os moradores de Luzimangues dividiam-se entre os que moravam na terra dos pais, os empregados na terra de terceiros, os que moravam nas vilas de Luzimangues e Graciosa ou o Porto da Balsa. Das 19 famílias entrevistadas, nenhuma possuía terra, que vieram a adquirir através das indenizações pelo impacto da UHE Luis Eduardo

⁴ COOPTER - Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural. **Plano de Desenvolvimento do projeto de Reassentamento Luzimangues**. Palmas – TO., 2004. p. 26.

⁵ Id. p. 26.

Magalhães. E a lógica de grande parte dos 11 assentamentos, resultantes da construção da UHE, é a mesma das 19 famílias.

Luzimangues lembra um bairro de uma cidade do interior, com uma rua principal com as casas, botecos, armazéns, sorveteria, escola, igrejas, serralheria, posto de saúde, posto policial; sem pavimentação asfáltica. As famílias que receberam quatro hectares têm sua propriedade próxima uma da outra, aquelas que tiveram adicional de terra ficam mais afastadas.

O Plano de Desenvolvimento do Projeto de Reassentamento Luzimangues (2004: 38) aponta várias dificuldades que a comunidade considera prioridade para serem solucionadas. Tais problemas persistem conforme observadas nas visitas a campo, quais: situação de insegurança, falta de policiamento, falta de água, curva de nível mal feita, muita pedra, erosão, falta de transporte coletivo, encharcamento na época da chuva, atendimento no posto de saúde precário, falta de energia, falta de água para irrigar na seca.

2.2 As mediações e a construção de uma nova identidade

O estudo das mediações no reassentamento de Luzimangues consiste numa investigação da cultura popular e suas inter-relações, as práticas cotidianas. Como é a vida de um povo que teve sua identidade modificada pela construção da UHE Luis Eduardo Magalhães. Quais são as características que constituem essa nova realidade de Luzimangues. Diante dessa temática, abordaremos o processo de mediações, com um enfoque na identidade ribeirinha e a inserção do rádio no reassentamento.

Na observação da comunidade de Luzimangues a partir de suas representações históricas, culturais, econômicas, políticas e sociais podemos relatar a desconstrução de uma identidade ribeirinha e a construção/imposição da dinâmica da agricultura familiar. Uma abordagem na qual a comunicação é pensada a partir da cultura, não se limitando aos meios. O reassentado deixa de ser visto como um simples decodificar das informações e mensagens transmitidas e passa a ser agente nos processos de comunicação.

Essa relação da recepção à produção, mais do que uma releitura de como os veículos de comunicação se insere na sociedade, é uma afirmação de que existem outros elementos que influenciam as decisões, ações e modos ver e viver de uma pessoa. Retornamos ao cenário dos estudos e discussão dos significados de cultura, hegemonia e popular. O povo não é mais visto apenas como vítima, mas também como seres políticos que lutam e resistem à dominação e opressão do sistema político-econômico e cultural.

Na caracterização de Luzimangues, uma questão fundamental é a agressividade do impacto socioambiental causado pela construção da UHE Luis Eduardo Magalhães na vida dos reassentados. De ribeirinho a reassentado, a construção de uma nova identidade. As identidades que são construídas na relação cotidiana de cada indivíduo com a sociedade e meio ambiente no cotidiano. Essa nova situação que essas famílias vivem proporciona uma nova forma de ver a realidade, uma nova posição social.

A comunidade de Luzimangues, em parte, é formada por uma população ribeirinha, que antes da hidrelétrica, moravam às margens do rio Tocantins. Outros não eram produtores tradicionais, não trabalhavam apenas a terra, viviam de outras atividades: vaqueiro, pedreiro, mecânico, ou seja:

[...] a construção de uma usina hidrelétrica representa para as populações ribeirinhas, a destruição de seus projetos de vida, impondo sua expulsão da terra sem apresentar compensações que pudessem, ao menos, assegurar a manutenção de suas condições de reprodução num mesmo nível daquele que se verificava antes da implantação do empreendimento.⁶

As pessoas atingidas pela barragem passam pelo processo de desapropriação e iniciam a criação de um reassentamento rural. Na construção de uma hidrelétrica, a desapropriação e o remanejamento são ações inevitáveis. A população ribeirinha é reassentada, mudando a sua realidade e forma de viver. Uma ação de desconstrução da identidade cultural de um povo, como afirma Ferreira:

Os reassentados [...] lutam para não saírem da condição na qual se encontravam em suas áreas de origem, de seus hábitos e de tudo que representa aquele lugar. Em uma comunidade rural, há muito mais que apenas uma unidade produtiva, há relações e inter-relações construídas há décadas, culturas enraizadas há gerações e gerações. O sentimento de total pertencimento à terra se configura em tudo que rodeia. O que a população desejava, [...], era permanecer na beira do rio.⁷

⁶ BERMANN, Célio. **Energia no Brasil: para quê? Para quem?** Crise e alternativas para um país sustentável. São Paulo, Livraria da Física: Fase, 2001. Apud: PEREIRA, Luzia Amélia. **A geração de energia elétrica e os impactos sócioambientais causados às populações rurais:** a construção da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães. Palmas – TO., 2003. p. 59. (Trabalho de Conclusão do curso de Pós-graduação apresentado à Universidade Federal do Tocantins, “*lato sensu*” Planejamento e Gestão Ambiental, campus de Palmas) p. 21.

⁷ FERREIRA, Luzia Amélia. **A geração de energia elétrica e os impactos sócioambientais causados às populações rurais:** a construção da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães. Palmas – TO., 2003. p. 59. (Trabalho de Conclusão do curso de Pós-graduação apresentado à Universidade Federal do Tocantins, “*lato sensu*” Planejamento e Gestão Ambiental, campus de Palmas)

Os entrevistados, em sua maioria, quando perguntados de sua história, destacam como eram felizes quando moravam no “beijo do rio”, antes da construção do reassentamento. O rio Tocantins é um marco na identidade cultural desse povo, as famílias lutam para não deixarem os hábitos e a cultura de um ribeirinho. A comunidade procura dentro do que é possível, manter os mesmos tipos de plantações, a horta, a pesca, o extrativismo, porém a nova realidade é uma morada em meio ao cerrado, onde a única fonte de água é a encanada, fornecida pela Investco.

A transferência dessas famílias das margens do rio para o meio do cerrado infere diretamente nas definições de ser dos atingidos, a impossibilidade de continuar a viver sua cultura. “Plantamos as mesmas coisas, mas o que mudou foi a época do plantio, na beira do rio plantava até no verão e produzia milho. Aqui não produz. Lá a terra era molhada, aqui venceu o inverno não dá pra plantar sem irrigar”.⁸ A relação desse povo com o rio é muito forte e vai além das formas de plantações, pesca e extrativismo, está ligada com o reconhecimento de seu lar. A modificação do rio, o desaparecimento das praias e ilhas, da fauna, da flora, alteração dos cardumes de peixes inferem no cotidiano desses atingidos, interfere diretamente na sua maneira de ver o que o cerca.

“Lá [Porto da Balsa antes da construção da UHE Luis Eduardo Magalhães] pelo menos tinha mais fruta, as matas, os buritis. Hoje moramos aqui, com o lago do lado e não podemos pegar um peixe. Se nós formos ao lago o Naturatins e a Polícia Ambiental nos tiram”⁹.

A nova realidade dos ribeirinhos é em meio ao cerrado, cercado por outros assentamentos, grandes propriedades e recentemente loteamentos urbanos. Esse povo que tem suas identidades afetadas, seu antigo lar não é mais visível e sua história não é mais reconhecida no dia-a-dia. Um contexto transformado e que exige do reassentado uma adaptação, no qual é feita na determinação de cultivar a terra pedregosa do cerrado como se plantassem nas vazantes. Na tarefa árdua de comercializar os produtos tirados de suas terras nas feiras de Palmas. Levar as mercadorias dentro de micro-ônibus várias vezes na semana, e em todas as semanas.

Luzimangues possui vários problemas como na questão da saúde, no cultivo da terra, na dinâmica de organização, mas é a precariedade no abastecimento de água que abordaremos. O reassentamento é comum faltar água várias vezes na semana, segundo os entrevistados acontece de ficarem sem água du-

⁸ SOUZA, Antonio Alves de. Entrevista concedida a Aline Gonçalves Sêne, Luzimangues, 2007. (fita magnética)

⁹ CAVALCANTE, José dos Reis Ferreira. Entrevista concedida a Aline Gonçalves Sêne, Luzimangues, 2007. (fita magnética)

rante todo um dia. E água para essas famílias é fundamental, pois suas hortas são irrigadas utilizando esse recurso hídrico. Além, da questão da falta da água, o cultivo da terra do reassentamento depende de insumos agrícolas. “Plantar aqui é mais difícil, pois lá na beira do rio não precisava de adubo, nem de irrigar, bastava a força da terra”.¹⁰ No reassentamento as famílias plantam hortas, frutas (caju, maracujá, abacaxi). Nas roças de toco são cultivados mandioca, abóbora, milho, arroz. Porém, a horta é fundamental para essa comunidade, pois tiram parte de seus sustentos das hortaliças que são comercializadas nas feiras de Palmas, além de ser uma prática desde antes da hidrelétrica.

A relação com a terra é uma característica forte nas produções tradicionais, como também nas produções ribeirinhas, e essa característica é um dos aspectos que delinea a identidade dos moradores de Luzimangues. A terra é o seu lar, de onde tira seu sustento, educam seus filhos, enterram os parentes que morrem, criam os animais domésticos, realizam suas festas e comemorações. E deixar a realidade de ribeirinho para construir uma nova identidade é um processo complexo na qual a comunidade está inserida. Os antigos ribeirinhos passam a ser agricultores familiares, baseado no cultivo da terra com base na sustentabilidade.

A agricultura familiar permite não apenas o plantio diversificado, como também o extrativismo, a pesca, a criação de pequenos animais e de grande porte, mas principalmente o trabalho coletivo, mutirões, observado na colheita do arroz, na produção de farinha e polvilho, e na venda dos alimentos produzidos na feira. Os vizinhos deixam de ser meros estranhos para ser parte importante na produção de sua família, parte integrante da sua geração de renda. “Daqui, acolá fazemos mutirão. Quando vamos colher os legumes, o arroz principalmente”¹¹.

As famílias de Luzimangues, antes da construção da UHE Luis Eduardo Magalhães não possuíam terras, moravam com os pais, parentes ou trabalhavam em alguma propriedade. A relação familiar sempre foi importante para eles e apesar de hoje não morarem na mesma propriedade, devido ao impacto da construção da barragem, buscam manter os laços familiares. Os filhos criados, já em Luzimangues, casam e procuram continuar no reassentamento. Severina, casada há 35 anos, mãe de 10 filhos, sendo oito vivos e dois netos, que ajuda a criar, lamenta muito que depois da construção da hidrelétrica, os filhos não moram mais juntos.

¹⁰ LIMA, Genivaldo Alves. Entrevista concedida a Aline Gonçalves Sêne, Luzimangues, 2007. (fita magnética)

¹¹ LIMA, Genivaldo Alves. Entrevista concedida a Aline Gonçalves Sêne, Luzimangues, 2007. (fita magnética)

“Depois da hidrelétrica ficou pior. Meus filhos não moram mais comigo e antes todos morávamos juntos, trabalhavam [...]. Hoje moramos nesse pedaço de terra que o esposo da minha filha deu pra nós. Mora eu, o meu esposo, meu neto Flávio (13 anos), minha neta Elaine (2 anos) e meu filho Reinaldo (pai da Elaine).”¹²

Mas apesar das grandes dificuldades, a não identificação com a nova terra, a modificação nas relações familiares e os impactos do empreendimento energético, todos que foram entrevistados na pesquisa de campo, consideram que houve uma grande melhora, pois agora possuem um pedaço de chão para plantar.

Apesar de serem atingidos e destacarem algumas das dificuldades trazidas pela UHE Luis Eduardo Magalhães, a maioria diz não participar do MAB. Não demonstraram uma compreensão do significado econômico, político e social da construção de uma hidrelétrica e o modelo energético adotado para o país e Estado do Tocantins. As famílias não conseguiram relatar, com clareza, como foi o processo de negociação com a Investco e Ministério Público Estadual (MPE) em relação às indenizações pelo impacto ambiental e social ocasionado pela UHE Luis Eduardo Magalhães.

Situação na qual podemos observar que a participação política da cada indivíduo foi limitada e, em partes do processo de negociação, não tomou conhecimento. E se tomaram, não compreenderam para retransmitir os fatos. Vários fatores devem ter contribuído para essa falha, ou ruído, no processo de discussão da nova realidade das famílias impactadas. Não podemos afirmar que houve apenas uma falha de comunicação, devemos considerar a realidade política, histórica, cultural dessas pessoas, fatores que intermediam a relação empreendimento (Investco) e atingido, que viviam um momento nunca imaginado, sair de suas casas, suas terras, separar dos familiares e amigos, pois tudo seria alagado pela construção da barragem.

O reassentamento é organizado, principalmente, através da Associação dos Chacareiros, entidade que as famílias reconhecem e dizem participar. Porém, os atingidos reclamaram da ausência de periodicidade das reuniões, e que não participam tanto porque quase não tem tido espaços de discussões na associação. “Vou à reunião da associação, mas nem todas, só aquelas que me interessa”¹³. Mesmo sendo integrantes da associação, muitos declararam nas entrevistas não fazerem parte de nenhum movimento social, ou não conhecem nenhum movimento que atue em Luzimangues, e essas mesmas pessoas são

¹² LIMA, Severina Alves de. Entrevista concedida a Aline Gonçalves Sêne, Luzimangues, 2007. (fita magnética)

¹³ ALVES, Tomás Altino. Entrevista concedida a Aline Gonçalves Sêne, Luzimangues, 2007.

as que não integram os mutirões ou dizem não saberem que ocorrem. “Difícil participar de reuniões, mas vou a algumas [...] não participo de nenhum movimento [...] não faço mutirão”¹⁴ .

Podemos observar uma fragilidade na organização política dos reassentados, como também, uma falta de identificação da comunidade com o MAB. A política é um pouco confundida, como também pela sociedade em geral, com a disputa partidária e eleitoral. Por outro lado, os reassentados, de maneira inicial, começam a ter uma visão da política como ferramenta de organização social e econômica de Luzimangues. “Estamos discutindo a criação de mais associações, uma associação dos produtores de mel, uma associação de mulheres, associação dos criadores de suínos e associação de piscicultura”¹⁵ .

A posição política do assentamento se reflete na dinâmica econômica adotada. As associações, a prática dos mutirões e, principalmente, a venda das produções (as hortaliças, legumes, farinha, pequenos animais) nas feiras em Palmas. Essa última atividade é uma prática que trouxeram da antiga vida à beira do rio Tocantins. A economia é fortemente influenciada pela cultura, e em Luzimangues, foi a cultura que definiu a economia do reassentamento. Os atingidos, de acordo com suas histórias de vida, sua identidade ribeirinha, optaram por resistir as mudanças ocasionadas pela a desapropriação de suas terras. Mantiveram o plantio de hortas, roças, criação de pequenos animais e o extrativismo, e ainda, continuam a comercializar nas feiras da capital, como faziam antes da construção da UHE.

Neste ponto, podemos observar um impacto ocasionado pela construção de uma hidrelétrica no que se refere à identidade dos atingidos, mas também podemos notar a resistência de um povo. Faz parte da cultura dessas famílias plantarem às margens do rio Tocantins, nas terras que são cobertas pelo rio na estação chuvosa, utilizando desvio das águas do rio para irrigar a plantação. Quando transferidas para uma terra que não possui essas características, são forçados a mudar a forma de plantio. Na comercialização, a realidade também mudou, os entrevistados afirmam que as dificuldades de irem às feiras de Palmas aumentaram após a mudança para Luzimangues.

Na descrição dessa trama, o antes e o depois da hidrelétrica, podemos notar como se deu o processo de intermediação entre as representações culturais, política, econômica, social, com a transformação da identidade de ribeirinho. Observamos que eles adotam novos hábitos, porém houve uma negociação entre a antiga e a nova realidade, entre ser ribeirinho e ser agricultor famil-

¹⁴ SILVA, Lidiomar Barbosa da. Entrevista concedida a Aline Gonçalves Sêne, Luzimangues, 2007.

¹⁵ LIMA, Maria Níris Pereira. Entrevista concedida a Aline Gonçalves Sêne, Luzimangues, 2007.

iar. Uma nova identidade, ou melhor, identidades são construídas no dia-a-dia desses reassentados.

A observação da realidade do reassentamento e a adaptação dos reassentados possibilita visualizarmos a situação das famílias impactada por um projeto energético. A maneira que se dá o processo de desapropriação das terras e construção dos reassentamentos. Como isso infere diretamente na cultura de um povo. Uma demonstração que o impacto social, cultural e ambiental gerado pela barragem, a inundação de grandes quantidades de terra, não justifica a construção das hidrelétricas no Estado do Tocantins e no Brasil.

Notamos que após seis anos, os moradores de Luzimangues lutam para reconstruir seus modos de vida, sua identidade. E que apesar de serem os principais impactados pela obra, os “benefícios” da hidrelétrica não chegam com a mesma intensidade para os atingidos. Hoje, possuem quatro hectares de terras, casa de alvenaria, água encanada, energia elétrica, uma comunidade estruturada com posto de saúde, porém partes dessas políticas são falhas, como o caso da água encanada que falta com frequência, o posto de saúde que funciona de maneira precária e a energia elétrica que se tornou mais um custo para as famílias.

Nas aquisições de terras notamos que a transferência desse povo das margens do rio para o meio do cerrado, tornou-se um processo traumatizante para a comunidade. E que apesar das famílias estarem satisfeitas por possuírem uma propriedade e uma casa, não conseguem esquecer da maneira como viviam antes. E que para elas o essencial seria possuírem suas terras nas margens do rio Tocantins, na realidade que viviam antes da construção da UHE Luis Eduardo Magalhães.

Para encerrar esse trabalho, devemos retomar a avaliação do MAB sobre as hidrelétricas, no qual o movimento avalia que essa política energética justifica-se apenas para o crescimento econômico, das indústrias, empresas, em detrimento dos desenvolvimentos das populações tradicionais. E no surgimento desse modelo político, no período da ditadura militar e o milagre econômico, não havia uma política voltada para as necessidades dessas famílias impactadas. Porém, após quatro décadas, a situação dos ribeirinhos e indígenas atingidos diretamente pela construção das hidrelétricas não mudou. A posição em relação às milhares de pessoas que perdem suas histórias de vidas, suas referências culturais, seus laços de relações afetivas, de parentescos e vizinhanças é de descaso.

3 Considerações finais

Na construção da pesquisa de campo, um estudo das mediações no reassentamento de Luzimangues, identificamos alguns agentes mediadores e os analisamos. Observamos como a construção de uma hidrelétrica, além do impacto ambiental, social, tem um grande impacto na cultura de um povo, no cotidiano, nas suas crenças, no seu jeito de cultivar a terra, de se relacionar com a família, de comercializar suas produções, de se alimentar. E como esse povo com suas antigas moradas perdidas para sempre e suas identidades desconstruídas resistem e transformam-se culturalmente.

A busca desse trabalho foi observar a realidade de uma comunidade, as transformações nos modos de um povo. Entender o histórico popular, os conflitos e a resistência de uma comunidade, no âmbito cultural. Análise das mediações através da observação do cotidiano, cultura e história da comunidade do Reassentamento de Luzimangues. Descrever um dos maiores crimes e agressões a um ser humano, a desconstrução de sua cultura.

Necessitamos de pesquisas que demonstrem a verdadeira realidade do impacto social, cultural e ambiental gerado pelas hidrelétricas. Estudos comprometidos em debater que a inundação de grandes quantidades de terra não é justificada pela construção de tantas barragens. Pesquisas sobre alternativas energéticas, como também, uma outra política energética para o Estado do Tocantins e o Brasil. Uma posição política do Governo em olhar para a situação desse povo impactado pelos grandes projetos.

Este ano tivemos um marco na posição política e econômica do Governo Federal, o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC mantém o caráter da política adotada pelo atual presidente, os presidentes anteriores e era da ditadura militar: a política de “desenvolvimento” voltada apenas para o crescimento econômico, baseado no modelo agrícola agro-exportador, construção de grandes projetos (ferrovia, hidrovía, hidrelétrica, carvoarias, mineradoras) e a manutenção das riquezas do país nas mãos de algumas famílias.

Na questão das hidrelétricas, é previsto pelo PAC 10 unidades para a região norte, entre empreendimentos já em construção, em operação parcial e a serem construídas. Nas outras regiões são 07 no nordeste, 09 no sudeste, 15 no sul e 20 no centro-oeste. “Evidentemente em termos de potência energética, as previstas para o norte superam as demais”¹⁶ O Governo demonstra que as

¹⁶ TEIXEIRA, Gerson. **O Programa de Aceleração do Crescimento e o Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.rbrasil.org.br/content,0,0,1866,0,0.html>>. Acesso em: 05 de maio de 2007.

famílias impactadas não são a prioridade de suas políticas e faz uma clara escolha pelo crescimento econômico e não pelo desenvolvimento da nação.

As famílias tinham modos de vida diferentes, costumes e formas de terem sua sobrevivência a partir de três fontes: a pesca de peixes no Rio Tocantins e seus tributários; a coleta de frutos do Cerrado para o consumo e venda nas feiras livres e o plantio de vazantes onde existia pouca exigência de adubos químicos e defensivos agrícolas.¹⁷

A “periferização” da cultura, do meio ambiente, das comunidades tradicionais, do povo na política econômica é notória. Apesar de o Governo manter um discurso de políticas sociais, na prática os investimentos são para os grandes projetos. E o PAC nos impõe essa clareza e ousadia política, e coloca no cenário o risco que “um outro mundo não seja possível” para as comunidades tradicionais, os ribeirinhos, a sociedade.

¹⁷ ROCHA, Cirineu. **Produzir energia e destruir a vida.** Disponível em: http://www.faor.org.br/CD/download/6_produzir_energia.pdf. Acesso em: 18 de abril de 2007.

4 Bibliografia

- BARBERO, Jesús Martín (2003). **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- CANCLINI, Nestor García (1999). **Consumidores e cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- COOPTER - Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural (2004). **Diagnóstico Agrônomo, Econômico e Social.** Palmas – TO.
- _____ (2004). **Plano de Desenvolvimento do projeto de Reassentamento Luzimangues.** Palmas – TO.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D (2001). **Cartografias dos estudos culturais:** uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica.
- FERREIRA, Luzia Amélia (2003). **A geração de energia elétrica e os impactos sócioambientais causados às populações rurais:** a construção da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães. Palmas – TO. (Trabalho de Conclusão do curso de Pós-graduação apresentado à Universidade Federal do Tocantins, “*lato sensu*” Planejamento e Gestão Ambiental, campus de Palmas)
- LARAIA, Roque de Barros (2003). **Cultura:** um conceito antropológico. 16ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- IBGE. **Estatísticas do século XX entre 1901 e 2000.** Disponível em: www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxhtml.shtm
Acesso em: 26 de dezembro de 2006.
- MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria N (2001). **Antropologia:** uma introdução. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Histórico.** Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/historia.html>. Acesso em: 04 de janeiro de 2007.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria (2002). **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5ª ed. São Paulo: Atlas.

PEREIRO, Xerardo. **Programa de Antropologia Cultural**. Universidade de Trás os Montes e Alto Dourado – Pólo de Miranda do Douro, Portugal. (Licenciatura em Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento, disciplina do 1º ano, 1º semestre, 2004-2005). Disponível em:
<http://www.miranda.utad.pt/xerardo>. Acesso em: 23 de outubro de 2006.

PERUZZO, Cicília Maria Kroling (1998). **Comunicação nos Movimentos Populares**: A participação na construção da cidadania. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

RIEPPER, Ana. **Identidade e vontade**: o rio na produção de subjetividade. Sergipe. Disponível em:
www.canoadetolda.org.br/MemoriaBSF/Identidade%20e%20vontade%20-%20o%20rio
Acesso em: 17 de janeiro de 2007.

SANTOS, Cláudia Borges dos (2006). **Jóias de Natividade**: confluências e conflitos. Palmas – TO.(Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, – Universidade Federal do Tocantins)

SODRÉ, Maria Lúcia da Silva. **População tradicional ribeirinha e dilemas ambientais**: analisando o Assentamento Agro-extrativista São Francisco Pernambucano. Pernambuco. Disponível em:
www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/2/Maria_Lucia_Sodre.pdf. Acesso em: 05 de janeiro de 2007.